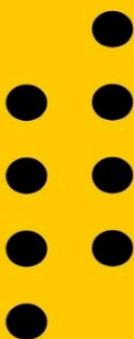


INDÚSTRIA E ORÇAMENTO DE DEFESA

**INFORMES
TEMÁTICOS
2023**



APRESENTAÇÃO

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2023, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

O Informe Temático aqui apresentado, "Indústria e Orçamento de Defesa", foi elaborado por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2023

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Abrahão Henrique Alves de Lima
Alberto Machado Santos
Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos
Geremias Dias dos Santos de
Carvalho
Giovani Nunes de Aguiar
Giulia Maria Dardegan Barbosa
Grazielly Dourado Santos

Isabelle Costa
Manuela de Jesus Brasil
Marcela Furlan de Cena
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). SANTOS, C. R. S. A; FARIA, G. P; CASATI, G.; MOREIRA, I. N.; MORAES, L. R.; DANTAS, M. R. P. M.; SILVA, P. P. Indústria e Orçamento de Defesa. Temático 2023. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2024.

INDÚSTRIA E ORÇAMENTO DE DEFESA

Carlos Ricardo S. de Almeida Santos
Glauber de Paula Faria
Guilherme Casati
Isabella Nascimento Moreira
Lucas Rocha Moraes
Matheus Raphael Pova Marinho Dantas
Paola Passos Silva
Graduandos em Relações Internacionais
(EPPEN/UNIFESP)

Em 2023, os principais jornais brasileiros, como O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, lançaram luz sobre a complexa política de Defesa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, explorando uma série de temas estratégicos, entre eles a indústria e o orçamento. As reportagens destacaram as negociações com a Suécia, envolvendo a compra e fabricação dos caças Gripen, e a venda de aviões KC-390 da Embraer. De forma geral, os jornais sublinharam o papel crescente da diplomacia na área de Defesa e da inovação tecnológica do Brasil no cenário internacional. O Correio Braziliense trouxe à tona o programa da Marinha para desativar embarcações antigas, enquanto a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo focaram nas pressões orçamentárias e nos desafios da cibersegurança, com a adoção de satélites Starlink pela Marinha sendo um ponto de destaque.

Brasil: desafios e avanços na transformação da defesa nacional

Em fevereiro de 2023, a Marinha Brasileira recebeu novos blindados leves adquiridos dos Estados Unidos, com o intuito de fortalecer suas operações anfíbias, ao mesmo tempo

em que anunciou a aposentadoria de sua frota antiga como parte de uma reestruturação estratégica. No mês seguinte, o governo brasileiro deu um passo significativo no setor espacial com o lançamento do foguete sul-coreano Hanbit-TLV, no Centro de Lançamento de Alcântara (estado do Maranhão), utilizando tecnologia brasileira e marcando a entrada do

país no mercado de transporte espacial.

Ainda em março, o Exército planejou a construção de uma nova Escola de Sargentos em Recife (estado de Pernambuco), com um custo estimado em 1,74 bilhão de reais, apesar das controvérsias geradas pelo impacto ambiental que o projeto poderia causar. Em abril, a Base Industrial de Defesa (BID) esteve em evidência durante a Latin America Aerospace and Defence (LAAD), onde o Ministro da Defesa e o vice-presidente foram homenageados por suas contribuições à pacificação nacional. Nesse mesmo período, a Helibras, única fabricante de helicópteros no Hemisfério Sul, iniciou conversas com o governo para novos projetos militares, visando fortalecer a produção nacional diante da crescente demanda por equipamentos de defesa.

Base Industrial de Defesa

É o conjunto de empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores que, de algum modo, estão associados à defesa do país, como a fabricação de veículos de combate e a produção de equipamentos de defesa individuais.

Em maio de 2023, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) solicitou isenção dos limites orçamentários impostos pelo novo arcabouço fiscal, durante uma audiência pública organizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos

Deputados. No final daquele mês, o Itamaraty bloqueou a venda de blindados Guarani para a Ucrânia, após pressão do Partido dos Trabalhadores, o que gerou atritos com as Forças Armadas. Já em junho, um novo impasse entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa ocorreu quando o Itamaraty vetou a exportação de armas para o Peru, devido à instabilidade política naquele país.

Avançando para julho de 2023, a Marinha Brasileira iniciou negociações bilionárias para a terceira fase do Prosub, projeto que visa o desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear. Esse mesmo mês também viu a proposta de acabar com as pensões para filhos de militares ser enviada ao Senado, onde encontrou resistência e gerou debates sobre a competência legislativa sobre o tema.

Em agosto de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto reajustando as diárias dos militares em até 70%, buscando alinhar seus salários com os dos servidores civis. Além disso, o governo discutiu um aumento de 9% nos salários dos militares, uma demanda que surgiu após a reestruturação salarial de 2019. No campo da segurança cibernética, o Gabinete de Segurança Institucional propôs a criação de novas agências para reforçar a defesa do país contra ataques cibernéticos, com um custo anual estimado em 594 milhões de reais.

Em outubro de 2023, o presidente Lula retomou as negociações com a Suécia, envolvendo a compra dos caças Gripen e a venda de aviões KC-390, um movimento diplomático que foi temporariamente interrompido devido ao início do conflito em Israel. No mês seguinte, a Suécia concordou em adquirir quatro aviões de transporte KC-390 da Embraer, enquanto o Brasil aumentaria sua encomenda de caças Gripen, adicionando 14 unidades ao pedido original, o que representaria um investimento de R\$ 4,5 bilhões e garantiria a crescente presença do KC-390 no mercado europeu, onde compete diretamente com o C-130 Hercules.



Brasília (DF), 09.05.2023 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia de inauguração da linha de produção do caça Gripen. Embraer, Gavião Peixoto - SP. Foto: Ricardo Stuckert/PR Fonte: Agência Brasil.

No mesmo período, a Embraer sublinhou a importância da diplomacia na manutenção de parcerias comerciais, como evidenciado nas negociações com a Suécia. A Embraer também exibiu um protótipo de avião elétrico, que reforça o esforço do Brasil em consolidar sua posição no mercado internacional de defesa.

Já em dezembro de 2023, a Marinha do Brasil deu início a um programa de desativação de 43 embarcações até 2028, começando com a retirada de circulação do navio Mattoso Maia. Essa reestruturação ocorre em um contexto de debate sobre o orçamento destinado para Defesa, com o comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, defendendo um orçamento fixo de 2% do PIB para a pasta, semelhante ao padrão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em paralelo, a Marinha optou por usar a internet da Starlink, da SpaceX, em suas embarcações, uma decisão que se liga às iniciativas mais amplas do governo de modernizar suas capacidades militares e tecnológicas, mesmo que isso levante questões sobre a soberania dos dados estratégicos do Brasil.

Estratégia, Tecnologia e Orçamento: a cobertura jornalística

A análise da cobertura da imprensa sobre temas relacionados ao orçamento de Defesa no Brasil revela uma abordagem variada e detalhada, com diferentes níveis de profundidade e enfoque distintos.



Os "Joint Light Tactical Vehicles" (JLTVs).
Foto: [Agência Marinha](#)

O Estado de S. Paulo apresentou uma cobertura abrangente e crítica ao longo de 2023. Em 7 de fevereiro, o jornal destacou a entrega dos primeiros blindados leves (JLTVs) à Marinha brasileira, abordando a importância dessa aquisição para a melhoria das capacidades de ações anfíbias e atuação do país em operações de paz. A reportagem enfatizou a relevância estratégica e mobilidade dos veículos, com detalhes sobre o custo e o cronograma de entrega. Além das reportagens informativas, o Estadão também incluiu colunas opinativas e editoriais que exploraram diferentes aspectos das políticas de Defesa. Em 22 de maio, Roseann Kennedy e

Gustavo Côrtes discutiram a estratégia de aproximação de Lula com as Forças Armadas, enquanto em 11 de julho, Rubens Barbosa abordou a necessidade de modernização brasileira e a dependência de tecnologias estrangeiras. Essas colunas ofereceram uma análise crítica das políticas do governo e suas possíveis repercussões.

No entanto, ainda que o tratamento das questões tenha sido detalhado e abrangente, algumas reportagens, como a que abordou o veto à venda de blindados Guarani para a Ucrânia (4 de julho) e a discussão sobre o financiamento da venda de blindados para a Argentina (11 de julho), trouxeram à tona discussões sobre a neutralidade política e a gestão financeira, evidenciando o impacto das decisões políticas nas questões de Defesa. Desse modo, a cobertura do Estadão é caracterizada por uma análise crítica das questões e pela inclusão de diversas perspectivas.

Ademais, as reportagens da Folha de S. Paulo frequentemente se concentraram em detalhes técnicos e administrativos, como a revitalização da indústria de defesa e a aquisição de novos equipamentos militares. Essas matérias foram geralmente bem detalhadas e informativas, abordando os aspectos práticos das decisões governamentais e das negociações com empresas estrangeiras. No entanto, o tratamento dado a essas questões nem sempre evitou um viés político sutil. Por exemplo, a cobertura das prioridades do governo Lula para

a indústria de defesa, como o aumento do orçamento das Forças Armadas e a revitalização da indústria bélica, refletiu um alinhamento com a narrativa positiva do governo em relação ao fortalecimento militar. Esse enfoque pode ser visto como uma forma de viés, ao destacar aspectos favoráveis às iniciativas governamentais sem uma análise mais crítica das implicações econômicas e políticas dessas decisões.

Além disso, a reportagem sobre as negociações para a aquisição de novos caças Gripen e a parceria com a Saab focou em detalhes técnicos e contratuais, mas não aprofundou suficientemente a discussão sobre os possíveis impactos econômicos e estratégicos para o Brasil. Isso sugere uma abordagem mais técnica e menos crítica, que pode ter deixado de lado discussões mais amplas sobre o custo-benefício e o alinhamento estratégico dessas aquisições. A análise crítica apareceu mais claramente nas colunas de opinião, como a de Marcos Mendes, que questionou a prioridade dada aos gastos com defesa em detrimento de questões de segurança pública. Essa coluna ofereceu uma perspectiva crítica sobre a alocação de recursos, destacando uma visão que contrasta com a abordagem mais técnica e positiva encontrada em muitas reportagens.

Por fim, o Correio Braziliense apresentou uma cobertura mais superficial em comparação com a profundidade das análises

encontradas na Folha de S. Paulo e no Estadão. As reportagens, embora informativas e detalhadas em termos de eventos e dados, carecem de uma análise mais profunda e crítica sobre as implicações políticas, econômicas e estratégicas dos temas abordados. Nesse caso, a reportagem sobre o lançamento do foguete sul-coreano no Centro de Lançamento de Alcântara focou principalmente nos aspectos técnicos do evento e na importância simbólica para o Brasil. No entanto, faltou uma exploração mais detalhada das repercussões geopolíticas e econômicas desse avanço tecnológico para o país.



Centro de Lançamento de Alcântara promove com sucesso primeiro teste do foguete sul-coreano HANBIT-TLV. Foto: [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#).

Da mesma forma, a matéria sobre o novo Projeto de Lei para a segurança cibernética apresentou o plano do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e dados sobre ataques cibernéticos, sem aprofundar as implicações políticas e os desafios associados à implementação da nova legislação. A análise foi mais informativa do que crítica, deixando de lado a discussão sobre o impacto e as possíveis controvérsias em torno da criação de novos órgãos. No caso da desativação de embarcações pela Marinha, o jornal reportou os eventos e as declarações do comandante da Marinha de forma direta, destacando o descontentamento com a falta de verba e a necessidade de um

orçamento fixo. Contudo, a cobertura não explorou em profundidade as implicações estratégicas e orçamentárias dessa decisão, nem os possíveis efeitos sobre a capacidade operacional da Marinha.

Em suma, a análise dos três jornais mostra que O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo ofereceram cobertura detalhada e crítica, incluindo colunas opinativas que aprofundaram os temas abordados. Já o Correio Braziliense adotou uma abordagem mais superficial, focado em informações factuais e sem explorar tanto as implicações dos eventos ou oferecer análises críticas.

Gastos em defesa: soluções imediatas ou investimentos estratégicos?

A modernização tecnológica das Forças Armadas, por si só, não parece alarmante. É compreensível que se busque uma reestruturação estratégica diante das tensões globais crescentes. Porém, alguns aspectos dessa mudança merecem uma atenção especial e nos convidam a pensar com mais cuidado o que está realmente em jogo.

Primeiro, destaca-se a atualização das frotas militares. A aquisição de veículos aéreos, anfíbios e marinhos mais modernos pode ser uma solução de curto prazo para as necessidades estratégicas do Brasil, mas apenas se

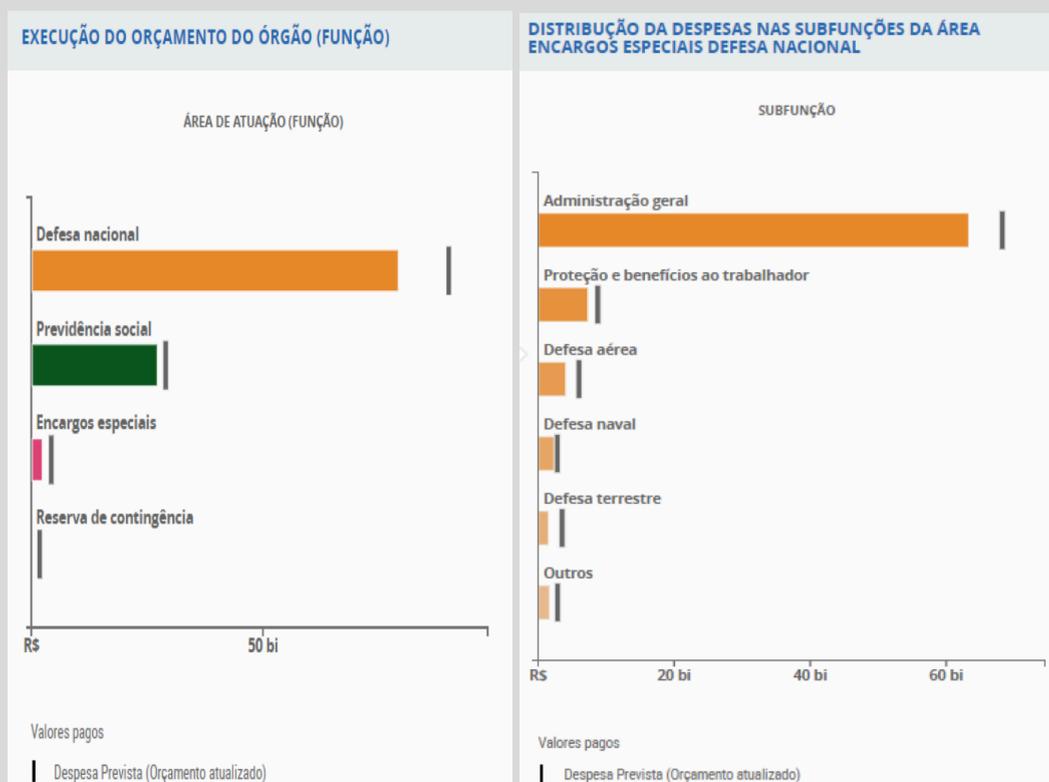
acompanhada de um processo de capacitação de engenheiros e técnicos nacionais para a operação e manutenção desses equipamentos.

Além disso, seria fundamental nacionalizar o conhecimento sobre essas novas aquisições, com o objetivo de fortalecer a Base Industrial de Defesa do país e tornar as indústrias nacionais mais robustas. Porém, de nada adianta possuir os melhores caças e submarinos do mundo se não houver pessoas devidamente treinadas para operá-los em condições reais e com a integração entre as três forças. Assim, as Forças Armadas também precisam repensar suas doutrinas de treinamento para integrar essas novas

tecnologias e garantir a preparação adequada para seu uso.

Em outro ponto, é importante lembrar que o propósito dessa reestruturação estratégica - e das Forças Armadas como aparato do Estado brasileiro - é garantir a soberania estatal. Diante disso, o interesse em utilizar uma rede de internet administrada por uma empresa privada estrangeira é, no mínimo, intrigante. Será que os dados estratégicos das Forças Armadas são tão pouco relevantes para a segurança nacional a ponto de não suscitar preocupações sobre entregá-los a uma corporação que opera fora do alcance da legislação brasileira?

Por fim, é importante considerar os gastos dessa iniciativa de modernização em relação ao total que a União já destina às Forças Armadas. Historicamente, o Brasil aloca a maior parte do orçamento militar para o pagamento de servidores ativos e aposentados. Redirecionar parte desses recursos para o custeio e investimento em setores estratégicos parece uma aplicação mais eficaz dos impostos pagos pela população. Essa reavaliação não só poderia otimizar o uso dos recursos públicos, mas também fortalecer a segurança e a soberania do país a longo prazo, garantindo que as Forças Armadas estejam verdadeiramente preparadas para enfrentar desafios futuros.



Gráficos referentes à utilização do orçamento destinado ao Ministério da Defesa no ano de 2023. Fonte: Portal da Transparência.

Para saber mais

Reportagem: [Defesa nacional terá R\\$ 52,8 bilhões para equipamentos e tecnologias](#) - Agência Brasil.

Reportagem: [Forças Armadas: entenda para onde vão os R\\$ 53 bilhões do Novo PAC em projetos da Defesa](#) – CartaCapital.

O setor de Defesa no novo PAC brasileiro - Opinião - Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/04/o-setor-de-defesa-no-novo-pac-brasileiro>